

A ascensão de Jair Bolsonaro e as classes populares¹

por **Camila Rocha** | camilarocha44@gmail.com | Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Esther Solano | prof.esther.solano@gmail.com | Universidade Federal de São Paulo

A eleição de Jair Bolsonaro não foi um raio em céu azul, mas fruto do encontro entre dois acontecimentos distintos, porém relacionados: a consolidação paulatina de uma nova direita brasileira entre os anos de 2006 e 2018, e o surgimento de um novo fenômeno populista no país a partir de 2014: o bolsonarismo. Tais acontecimentos, no entanto, ainda que tenham se apoiado de modo intenso em mobilizações digitais, não se difundiram para as classes populares somente pela ingenuidade de vítimas da desinformação em massa, mas sim, como procuraremos apontar, em virtude de processos sociais e políticos específicos que atravessaram o país em anos recentes.

Tendo isso em vista, na primeira seção deste artigo abordaremos de forma breve a formação de uma nova direita brasileira a partir de 2006. Na segunda parte, trataremos da construção do bolsonarismo a partir de 2014, e, por fim, apontaremos os principais elementos que fizeram com que parte significativa das classes populares optasse pelo ex-militar nas eleições de 2018.

O surgimento da nova direita brasileira

A nova direita brasileira começou a se organizar a partir de fóruns de discussão na internet logo após a reeleição de Lula em 2006, buscando romper com os limites do pacto democrático de 1988, que haviam condicionado a atuação

da direita tradicional desde então². Em 2006, boa parte dos analistas políticos considerava que Lula não sairia vitorioso das eleições, tendo em vista o impacto do escândalo de corrupção, conhecido popularmente como mensalão. Ainda que o escândalo tenha custado a permanência de importantes quadros petistas no governo e manchado a imagem do partido, que desde sua fundação, nos anos 1980, advogava pela ética na política, Lula foi reeleito com base em uma votação expressiva da população mais pobre do país. Durante seu segundo mandato, o ex-metalúrgico tornou-se cada vez mais popular em virtude de um pequeno milagre econômico (CARVALHO, 2018) baseado no ciclo de alta das *commodities*, nos aumentos reais do salário mínimo e na criação e expansão de programas de combate à pobreza, fazendo com que milhões de pessoas melhorassem significativamente seus patamares de renda e consumo (POCHMANN, 2012).

Nessa época, a popularidade de Lula era tal que, quando grupos e movimentos posicionados à direita do espectro político tentaram protestar contra o governo nas ruas, foram alvo de desdém e escárnio até mesmo de políticos contrários à gestão petista. Sem se sentirem representados pela oposição institucional ao Partido dos Trabalhadores (PT), os descontentes passaram a frequentar a internet em busca de um ambiente no qual pudessem se expressar livremente contra o governo e a esquerda. Nesses espaços digitais,

¹ Publicado em Avritzer, Leonardo; Kerche, Fábio; Marona, Marjorie (orgs.). 2021. Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. 1ª ed. 21-34. Belo Horizonte: Autêntica.

² O pacto democrático de 1988 ao qual fazemos referência aqui, que passou a balizar a política brasileira desde então, está baseado na combinação entre a Constituição de 1988 e o arranjo de governabilidade conhecido na ciência política brasileira como “presidencialismo de coalizão”.

buscavam conhecer pessoas que pensassem de forma semelhante, seja porque defendessem o livre mercado, punições mais severas para criminosos, a instauração de um novo regime militar ou mesmo a volta da monarquia. Desses encontros começaram a surgir novos grupos de estudo e atuação política nas universidades, organizações civis, ideias de novos partidos, movimentos sociais e lideranças intelectuais e políticas entre as quais se destacou o papel desempenhado pelo escritor Olavo de Carvalho.

Desde a metade de 1990, Carvalho defendia, por meio de livros e artigos em jornais e revistas, a ideia de que o país foi tomado por uma hegemonia cultural esquerdista após a redemocratização. Essa hegemonia, que remete ao pacto democrático de 1988, se refletiria na influência exercida por intelectuais de esquerda, que ocuparam posições de prestígio em editoras de livro, nas redações dos grandes veículos de comunicação nacional e nos cursos de humanidades das principais universidades do país, mais notadamente na Universidade de São Paulo (USP). De acordo com Carvalho, esses intelectuais seriam incapazes de realizar reflexões profundas sobre o Brasil que se destacassem no panorama intelectual mundial e, portanto, contentavam-se em repetir, de modo irrefletido, chavões inspirados nas últimas modas intelectuais vindas dos Estados Unidos. Para ele, um exemplo dessa reprodução de modismos era a defesa de lutas contra opressões de gênero e raça, conhecidas popularmente como “pautas identitárias”. Extremamente ativo na internet, ainda em 1998 Carvalho passou a divulgar suas ideias em um blog e, mais tarde, em 2002, em um site colaborativo. No ano de 2004, ele já era tema de pelo menos quatro comunidades de discussão na falecida rede social Orkut, além de ministrar aulas em cursos on-line e realizar transmissões de áudio pelo site Blog Talk Radio, análogas aos *podcasts* atuais.

A propagação em meios digitais da ideia de que estaria vigente no país uma hegemonia esquerdista unificou os descontentes com o governo petista, a despeito de suas diferenças, e influenciou de modo direto ou indireto boa parte da nova direita em gestação (ROCHA, 2019). A

influência de Carvalho também se fez presente por meio de uma estratégia contra-hegemônica radical baseada no uso de uma performatividade disruptiva e do choque intencional, denominados pelo crítico literário Michael Warner (2002) como “contrapublicidade”. Bastante ilustrativo nesse sentido, é bastante ilustrativo um texto no qual Carvalho (2013) defende conscientemente o uso do palavrão com o objetivo de chocar, ao romper com o decoro que condiciona o debate público *mainstream*, compreendido pelo autor como uma “camisa de força”:

O USO DO PALAVRÃO

Eu uso esses palavrões porque são NECESSÁRIOS.

São necessários no contexto brasileiro para demolir essa linguagem polida que é uma camisa-de-força que prende as pessoas, obrigando-as a respeitar o que não merece respeito.

Então, às vezes, quando você discorda de um sujeito, mas discorda respeitosamente, você está dando mais força pra ele do que se concordasse. Porque você está indo contra a ideia dele, mas você está reforçando a autoridade dele. A autoridade é a respeitabilidade.

O problema dessas pessoas, desses bandidos de que eu estou falando, não são as ideias. É justamente o fato de que são canalhas.

São canalhas, são bandidos, são ladrões.

V-Ã-O T-O-D-O-S T-O-M-A-R N-O C-U!

Assim, as sementes da nova direita já estavam espalhadas pela internet e fora dela quando, após a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, a economia começou a dar seus primeiros sinais de desgaste, e movimentos anticorrupção passaram a se expressar em várias capitais do país em 2011 e em 2012, ano do julgamento do mensalão. Desse modo, durante os grandes protestos que levaram multidões às ruas contra a classe política, em junho de 2013, grupos ligados à nova direita puderam crescer e florescer no âmbito da sociedade civil, perdendo o receio que possuíam até então de se manifestar em público.

A ascensão de Jair Bolsonaro

Ao mesmo tempo em que a nova direita se fortalecia, o bolsonarismo nascia a partir de uma reação conservadora mais ampla a uma série de avanços do campo progressista que ocorreram ao longo do primeiro mandato de Rousseff. Em 2011, foi criada a Comissão Nacional da Verdade para investigar crimes praticados durante a ditadura militar; no mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo e, em 2012, a vigência das cotas raciais em universidades públicas e o aborto de fetos anencéfalos. Além disso, em 2014 foi sancionada a chamada “Lei da Palmada”, que proíbe castigos físicos no tratamento de crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, os movimentos negro e LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuais) conquistavam maior destaque no debate público. Também entre 2011 e 2012 surgiam as Marchas das Vadias em todo o país, e discussões a respeito de gênero tornaram-se cada vez mais frequentes nas mídias tradicionais e na internet.

Nessa época, a internet já era um meio extremamente popular de disseminação de conteúdos que antes circulavam de forma mais restrita. Imagens de militantes protestando com os seios de fora ou em performances sacrílegas nas ruas, com destruição de santas católicas, introdução de crucifixos no ânus, bem como cenas de apropriações da figura de Jesus Cristo como homossexual ou transexual, circularam no Brasil, chocando grande parte da população cristã, tornando o cenário propício para a ascensão de políticos conservadores, como Jair Bolsonaro.

Capitão da reserva e contumaz defensor da ditadura militar, Bolsonaro iniciou sua carreira política no Congresso Nacional nos anos 1990, com o apoio de militares de baixa patente do Estado do Rio de Janeiro, bem como de famílias de militares que perderam influência e prestígio após a redemocratização, base que posteriormente se ampliou para abarcar forças policiais. Desse modo, assim que a Comissão da Verdade foi criada, o capitão da reserva se tornou

um de seus maiores opositores no Congresso. Seu histórico de posicionamentos contrários aos direitos humanos também o gabaritou para exercer, ao lado de lideranças políticas cristãs conservadoras, um papel de destaque no contra-ataque aos avanços de pautas LGBTQIA+, como, por exemplo, a pressão para barrar a distribuição de cartilhas escolares de combate à homofobia, pejorativamente popularizadas como “Kit Gay”.

Assim como Olavo de Carvalho e a nova direita emergente, Bolsonaro e seus filhos, que ocupavam cargos políticos de destaque, também investiram na contrapublicidade como forma de chamar atenção para suas pautas na esfera pública que, na percepção de Carvalho, eram menosprezadas no debate público *mainstream*. Tal menosprezo seria um sinal de que a manifestação de determinadas visões de mundo e modos de vida estaria sob ameaça iminente, o que justificaria o emprego da contrapublicidade (ROCHA; MEDEIROS, 2020). Em 2012, durante uma *live*, Flávio Bolsonaro, deputado estadual do Rio de Janeiro de 2003 a 2019 e atual senador, entregou a Olavo de Carvalho a Medalha Tiradentes, honraria concedida pela Assembleia do Estado do Rio de Janeiro, e fez o seguinte discurso:

Eu que penso de uma forma contrária, não tenho espaço nenhum, espaço nenhum na imprensa, é aí fica a explicação do que muitas pessoas nos criticam, e certamente o criticam também, Olavo, pela forma como coloca algumas discussões. *Porque é preciso criar o fato, chamar a atenção, chocar, sobre determinados assuntos para que isso tenha espaço na imprensa e a população como um todo tenha acesso a essa discussão.* A maior prova disso é o famoso “Kit Gay”. Se não fosse uma atuação mais ostensiva do deputado Jair Bolsonaro, jamais estaríamos sabendo que crianças, por enquanto das escolas públicas, a gente não sabe qual será o próximo passo, pode atingir as escolas particulares, porque tenho certeza que as classes médias e as classes altas se engajam também nessa discussão, nós jamais saberíamos que havia

esse incentivo à sexualidade, seja para o lado homossexual ou pro lado heterossexual, Olavo, para crianças de seis anos de idade.

Em resposta, Olavo de Carvalho afirmou: “Eles querem fazer clientela para os pedófilos, quem é que não percebe isso aí?”.

Ao final do primeiro mandato de Rousseff, em 2014, em meio à reação conservadora que ganhava cada vez mais apoio entre a população, Bolsonaro se reelegeu deputado federal com quase meio milhão de votos e começou a ser cultuado por milhares de pessoas atraídas pela radicalidade de seus posicionamentos e pela autenticidade que transmitia em suas aparições públicas. Rousseff também havia sido reeleita, no entanto, passados apenas seis dias de sua vitória, movimentos ligados à nova direita, organizados dentro e fora da internet, convocaram o primeiro protesto de rua pedindo seu impeachment. A manifestação contou com a participação de um dos filhos de Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, eleito pela primeira vez para a Câmara Federal em 2014, ao pegar carona no sucesso eleitoral do pai (ROCHA, 2019).

Os protestos pela derrubada de Rousseff se repetiram até que, no início de 2015, alimentados pela indignação popular com os novos escândalos de corrupção divulgados pela operação Lava Jato³, conseguiram reunir, segundo estimativas da Polícia Militar, quase dois milhões de pessoas, em sua maioria vestidas de verde e amarelo. Entre os manifestantes não era difícil flagrar pessoas com camisetas ou cartazes com os dizeres: “Olavo tem razão”, em alusão ao escritor que havia se tornado um *best-seller* ao ter suas obras reeditadas poucos anos antes. No entanto, a maioria dos participantes dos protestos não eram refratários apenas ao PT, mas também a todos os partidos e lideranças políticas tradicionais, incluindo os de oposição ao governo, de modo que Jair Bolsonaro era um dos

poucos políticos, senão o único, que conseguia aprovação daqueles que protestavam nas ruas (SOLANO; RIBEIRO; ORTELLADO, 2016). O militar direitista, atento às opiniões e ao clima da época, que se radicalizava à medida que as crises política e econômica se aprofundavam, adotou um discurso antissistema e surfou na onda que lhe parecia favorável, anunciando oficialmente sua candidatura à presidência ainda em março de 2016, poucos meses antes da derrubada de Rousseff do poder.

Naquele mesmo ano, Bolsonaro filiou-se ao Partido Social Cristão (PSC), que reunia lideranças cristãs conservadoras e militantes da nova direita, oriunda dos fóruns de internet, movimentos e organizações da sociedade civil. No entanto, o militar não era um consenso entre os membros da nova direita mais alinhados à defesa radical do livre mercado; afinal, Bolsonaro era conhecido por defender o intervencionismo estatal praticado durante a ditadura militar. Por esse motivo, o pré-candidato à presidência decidiu se aliar ao economista Paulo Guedes, radical defensor do liberalismo econômico, selando, dessa forma, uma aliança política entre aqueles que pregam pela radicalidade de mercado e setores que defendem o conservadorismo nos costumes e punições mais severas para criminosos.

Bolsonarismo e classes populares

Inicialmente, o discurso de Bolsonaro possuía um apelo significativo, especialmente entre as classes médias e altas. Afinal, eram justamente as pessoas desses estratos que frequentam os fóruns de internet desde a metade dos anos 2000 e compareceram em massa aos protestos pelo *impeachment* de Rousseff, além de expressarem simpatia pela política econômica defendida por Paulo Guedes. No entanto, com o tempo, parte significativa das classes populares passou a se interessar pela figura de Bolsonaro. Para entender tal fenômeno em maior profundidade, nos

³ Foi uma força tarefa encabeçada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal iniciada em 2014 de combate à corrupção política e empresarial. A operação dominou os noticiários brasileiros por mais de seis anos, e se tornou parte do imaginário nacional. Desencadeada no âmbito de investigações que apuravam desvios de dinheiro em licitações emitidas pela empresa Petrobras, a operação conseguiu prender grandes empresários, altos funcionários da Petrobras e políticos dos mais altos escalões do país. A operação foi, e continua a ser ainda hoje, alvo de inúmeras críticas e denúncias por conta do recurso frequente a expedientes jurídicos e midiáticos controversos.

últimos anos procuramos investigar os anseios da maior parte dos eleitores de Bolsonaro, que compõem o que denominamos “bolsonarismo popular moderado”. “Popular”, porque corresponde àqueles que pertencem às faixas de renda C e D, ou seja, à multidão de trabalhadores precarizados e “nanoempreendedores” de si mesmos, na formulação da socióloga Ludmila Costhek Abílio, e que constitui a maior parte da população brasileira. E “moderado”, em contraste com bolsonaristas radicalizados, movidos por uma identificação profunda com o militar que não é apenas de ordem política, mas sobretudo emocional e existencial.

Assim, nos últimos anos, entrevistamos dezenas de pessoas que enxergaram em Bolsonaro uma possibilidade de mudança profunda do cenário político nacional⁴. Descontentes com a atuação do PT e do sistema político em sua totalidade, essas pessoas sentiram-se representadas por sua retórica antissistema, anticorrupção, antipetista, antiesquerdista, militar e patriótica, e por seu apelo à valorização da família, da ordem e dos bons costumes. O militar era visto como uma saída não só para as crises política e econômica, mas também para o que percebiam como uma crise moral, conforme procuraremos apontar a seguir.

Bolsonaro como resposta à crise política

As ideias que apareciam com maior insistência nas entrevistas com eleitores de Bolsonaro das classes populares eram as de “mudança” e “esperança”. Para as pessoas entrevistadas, o militar representaria “alguém diferente”, um *outsider*, um candidato antissistema capaz de enfrentar uma institucionalidade percebida como completamente corrompida. Bolsonaro seria um político diferente, na visão das pessoas, porque seria honesto e autêntico:

Essa eleição foi uma grande mudança. Trouxe esperança de mudança na política. Antes era só mais do mesmo (mulher, São Paulo).

Eu votei nele porque ele é diferente e acho que é o único que vai mudar. A gente tem esperança (mulher, Porto Alegre).

Ele é verdadeiro, e ele, às vezes, não tem papas na língua. Ele não tem que fazer pose. Eu acho que isso é um valor importante, mesmo que doa que a verdade seja colocada (mulher, São Paulo).

Para as pessoas entrevistadas, Bolsonaro seria alguém firme o suficiente para não se deixar levar pela lógica dos partidos tradicionais, percebidos como indistintos, fisiológicos e preocupados apenas com os próprios privilégios. Daí sua capacidade de capturar o voto de protesto, frustração e raiva contra um sistema político percebido como velho frente à novidade política representada pelo militar, a qual aparecia como um valor em si mesma.

Nesse contexto, a corrupção situa-se no centro dos argumentos do menosprezo pelo sistema. A criminalização da política e do Estado foi enfatizada sobretudo durante a condução da operação Lava Jato, por meio da qual seu principal representante, o juiz Sergio Moro, que mais tarde seria ministro da Justiça do governo Bolsonaro, impôs uma estratégia anticorrupção que tinha por base um processo penal moralista, punitivista e regido pela lógica do espetáculo (CASARA, 2016), em que a política e o Estado figuravam como inimigos do povo. Desse modo, havia entre os entrevistados uma percepção generalizada de que não só os políticos profissionais seriam corruptos, como também o próprio fazer político despertava afetos negativos:

É tudo igual, PT, PSDB, tudo corrupto. [...] É o jeitinho brasileiro, não tem jeito. Brasileiro é corrupto mesmo (homem, Porto Alegre).

Política é aquela coisa: você acredita, mas não confia (homem, São Paulo).

⁴ Os dados utilizados neste capítulo fazem referência a pesquisas realizadas com o apoio da Fundação Friedrich Ebert em 2019 e 2020, bem como à pesquisa “O conservadorismo e as questões sociais”, realizada em 2019 pelo Plano CDE, com apoio da Fundação Tide Setúbal. Os relatórios completos das pesquisas encontram-se disponíveis nos sites de ambas as fundações.

Política é engano e corrupção. Você nunca acredita 100% num candidato (homem, São Paulo).

A negação da política como atividade coletiva também era acompanhada por um sentimento de frustração muito intenso com o Partido dos Trabalhadores, que era expresso com vergonha e tristeza. Afinal, vários eleitores de Bolsonaro haviam votado no PT anteriormente, porém sentiam que o partido lhes havia traído a confiança e, portanto, não seria mais merecedor de seu voto:

Eu votei no Lula porque parecia um político diferente na época, falava a língua da gente e dizia que ia acabar com a corrupção (homem, São Paulo).

Eu sempre fui PT, mas pela corrupção, essa vergonha toda no Brasil, o PT me deixou muito chateada, muito insatisfeita, e eu caí naquela de votar no Bolsonaro. Foi uma eleição assim: a favor do PT *versus* contra o PT, foi bem difícil (mulher, São Paulo).

O PT liderava e, querendo ou não, muita coisa mudou com o PT, principalmente pra classe mais baixa, hoje em dia a gente queria mudança mesmo devido à roubalheira que foi demonstrada, então eu dei um voto de confiança para o Bolsonaro (homem, São Paulo).

Bolsonaro como resposta à crise econômica

Na retórica utilizada por vários integrantes da operação Lava Jato e por Bolsonaro, o Estado seria intrinsecamente corrupto e ineficaz, de modo que a saída, não apenas política, mas também econômica, passaria pela substituição das prerrogativas do Estado pela iniciativa privada. Essa lógica teve uma penetração não desprezível entre as classes populares:

O Estado não funciona. Olha as empresas públicas, tudo corrupto e não têm competitividade. Tinha que privatizar um monte de coisas e ia funcionar melhor (homem, Porto Alegre).

Contudo, ainda que fosse comum a percepção de que serviços privados funcionariam melhor do que os serviços públicos, a totalidade dos entrevistados apontava que a gratuidade deveria ser mantida, considerando que a maioria da população brasileira é pobre e não teria como arcar com saúde e educação privadas. Ainda que a privatização de empresas e serviços fosse desejada de forma mais enfática por alguns entrevistados, a maioria possuía certa desconfiança na venda irrestrita de estatais e apostava que a saída para a crise econômica passaria necessariamente pela geração de emprego e renda, combinada com a adesão a uma ética empreendedora, individualizante e meritocrática.

Para os entrevistados que possuíam condições financeiras mais estáveis, ou eram mais jovens, o empreendedorismo como complemento de renda, e/ou forma flexível de trabalho e sem padrões, era visto com bons olhos. Na percepção desse grupo, a renda gerada dependeria principalmente do esforço do indivíduo, e tal comportamento deveria ser incentivado na sociedade.

Já para as pessoas mais empobrecidas, empreender era uma forma de sobrevivência para a qual se era empurrada por uma situação econômica desfavorável. Esse estrato preferia ter uma renda mais estável e acesso a trabalhos com carteira assinada:

Emprego de carteira assinada mesmo tá cada vez mais difícil, tanto que o povo tá optando pelo quê agora? Trabalhar por conta própria, porque se for esperar melhor [emprego] não tem mesmo, não. Você sai toda vez de madrugada pra arrumar emprego e as portas tão fechadas. Tá difícil mesmo. Hoje você anda na rua e vê as casas todas fazendo lojinha pra trabalhar por conta própria, porque é um meio de sobreviver, senão vai morrer de fome, porque não tem melhora (mulher, Rio de Janeiro).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019 o desemprego atingiu 13,2 milhões de

trabalhadores, e, em 2018, 11,2 milhões de brasileiros atuavam na informalidade. Os dados revelaram ainda que 3,8 milhões de brasileiros têm sua principal fonte de renda em aplicativos como Rappi, Uber e iFood. No entanto, ainda que os trabalhadores entrevistados afirmem que se encontram desprotegidos do ponto de vista trabalhista, segundo dados do Índice de Confiança na Justiça no Brasil da Fundação Getúlio Vargas (ICJBrasil) de 2017, só 29% dos brasileiros confiam nos sindicatos.

Tais condições produzem, como consequência imediata, o sofrimento psíquico dos trabalhadores e uma enorme insegurança existencial relacionada a uma dinâmica de desfiliação social e desintegração de estruturas de sociabilidade e desfiliação (CASTEL, 2005). Porém, ainda que para a quase totalidade dos eleitores de Jair Bolsonaro das classes populares que entrevistamos a desigualdade social seja o principal problema do país, o sofrimento social não é percebido como algo coletivo, produzido pelo capitalismo contemporâneo, e, sim, como um fenômeno de ordem individual. Essa leitura dá lugar a sentimentos de fracasso e culpa, de modo que a ética da meritocracia toma o lugar da politização do sofrimento (COELHO, 2013), apontando para o diagnóstico produzido por Dardot e Laval (2016) acerca do neoliberalismo como uma razão totalizante da vida social:

Se tiver perseverança, muda a realidade. [...] Minha avó passou por coisa bem mais precária. Hoje tem mais oportunidade. Hoje os pobres conseguem mudar a própria situação (homem, Recife).

Para combater a pobreza, tem que gerar empregos para ganhar dignamente seu dinheiro, dar dinheiro, não. A pessoa tem que lutar (homem, São Paulo).

Bolsonaro como resposta à “crise moral”

Por fim, também era muito comum entre os entrevistados uma visão saudosista de um passado romantizado no qual haveria mais ordem, no qual os valores morais seriam mais

importantes e se viveria melhor. Na atualidade, a sensação experimentada é de desordem e decadência, sobretudo no âmbito da família:

O que a gente vê hoje é uma decadência da vida familiar (Homem, São Paulo).

A estrutura familiar caiu drasticamente. Pessoas despreparadas colocam filhos no mundo e as crianças crescem revoltadas. [...] O mundo precisa de pessoas boas, de mães que cuidem direito dos filhos (homem, São Paulo).

Os valores da família estão perdidos, as pessoas perderam o elo familiar. Falta conversa, contato (mulher, São Paulo).

Os entrevistados acreditam que recuperar a convivência familiar para reestabelecer a ordem na sociedade é fundamental. Contudo, a percepção de desordem e decadência também está relacionada à sensação de piora nos âmbitos da economia e da segurança pública nos últimos anos, a qual, por sua vez, está atrelada à expressão de sentimentos de vulnerabilidade, insegurança e abandono por parte do poder público. Tais sentimentos estão conectados à dicotomia, expressa por vários entrevistados, entre batalhadores *versus* bandidos, lógica muito utilizada para ordenar relações sociais, ilustrada com casos concretos do cotidiano:

Eu já fui trabalhar, cheguei em casa e minha casa tinha sido invadida, duas vezes [...] e eu moro praticamente atrás da delegacia. [...] Não é só na rua, [...] me sinto indefesa em qualquer lugar (mulher, Rio de Janeiro).

Eu não deixo meus filhos saírem sozinhos. A gente vai ao shopping junto e até para ir ao shopping fico com medo. Aqui do lado, mataram um outro dia. Não dá para sair mais à noite (mulher, Porto Alegre).

Cidadão de bem é aquela divisão. É quem trabalha, não pratica crime, tem família. O outro lado é o bandido (mulher, São Paulo).

Os “batalhadores”, termo também utilizado pelo sociólogo Jessé Souza (2012) para se referir a essa população, são, na visão dos entrevistados, aqueles que se esforçam para alcançar seus

objetivos e superar os muitos obstáculos do cotidiano. Eles possuem valores e pagam impostos, em contraposição aos “bandidos”, que seriam pessoas corrompidas, de mau-caráter, que buscam facilidades na vida. Na percepção dos entrevistados, o espaço público estaria se tornando cada vez mais perigoso, especialmente para crianças e jovens, sensação relacionada ao aumento da violência e à sensação de insegurança, somando-se ainda a percepção de que o espaço público teria se tornado palco de práticas imorais, como troca de afeto entre pessoas do mesmo troca de afetos entre homossexuais, sexualização precoce, protestos de rua em que haveria nudez, pornografia e desrespeito a símbolos religiosos. Além disso, há um entendimento compartilhado de que o feminismo degradaria as mulheres e de que o afeto entre casais homossexuais, tido como obsceno, não deveria ser demonstrado em público, principalmente na frente de crianças:

Não vou ter marido, não vou ter filho. [...] Por que tem que ser tão ao pé da risca? [As feministas] querem tirar a identidade da mulher (mulher, Recife).

Ver homem na rua de mãos dadas me incomoda. Eu não me importo, mas longe de mim. Tem alguns que são baixos, exagerados, agridem as famílias e as crianças (homem, Porto Alegre).

Embora todos reconheçam que ainda existe muito preconceito e violência contra pessoas negras, mulheres e a população LGBTQIA+, e que são abundantes os relatos de casos sofridos pelos próprios entrevistados, ou por familiares e conhecidos, o entendimento partilhado é o de que tais episódios não estariam relacionados a questões estruturais, mas principalmente à falta de educação e respeito de certos indivíduos. Há ainda, entre os entrevistados, um sentimento de rechaço a setores progressistas, que consideram a defesa de valores tradicionais estúpida e fascista. Todos esses aspectos somados contribuem para que várias pessoas rejeitem as políticas afirmativas e os setores que as defendem.

Tendo tudo isso em vista, a opção por Bolsonaro se justificaria na medida em que o militar representaria a recuperação de valores tradicionais, da segurança e da disciplina nos âmbitos público e privado a partir da promoção das ideias de ordem, autoridade e hierarquia. Desse modo, na visão dessas pessoas, a superação das desigualdades, preconceitos e violências estaria relacionada à ação do Estado apenas em duas dimensões: (1) estímulo à geração de empregos para os mais pobres; e (2) incentivo para que, no âmbito privado, as famílias possam proporcionar a seus filhos uma educação baseada em valores cristãos para que possam vir a ser cidadãos respeitosos, esforçados e resilientes – justamente o que propôs o governo do capitão de reserva.

Referências

- Casara, Rubens Roberto Rebello. 2016. “A espetacularização do processo penal.” *Revista brasileira de ciências criminais*: 309-318.
- Carvalho, Laura. 2018. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Editora Todavia SA.
- Carvalho, Olavo. 2013. “O uso do palavrão”. *Mídia sem máscara*. Richmond.
- Carvalho, Olavo; Bolsonaro, Flávio. 2012. “Deputado Flávio Bolsonaro entrega medalha Tiradentes a Olavo de Carvalho”. Canal do Flávio Bolsonaro no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=Cb0JGA80iLo>. Acesso em 19 out. 2020.
- Castel, Robert. 2005. *A insegurança social: o que é ser protegido?*. Vozes.
- Coelho, Roberto. 2013. *Por um fio: o sofrimento do trabalhador na era do capitalismo flexível*. São Paulo: Paco Editorial.
- Laval, Christian; Pierre Dardot. 2016. “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.” São Paulo: Boitempo.
- Pochmann, Marcio. 2012. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Rocha, Camila. 2021. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Editora Todavia SA.
- Rocha, Camila; Medeiros, Jonas. 2020. “Vão todos tomar no...: a política de choque e a esfera pública”. *Horizontes ao Sul [online]*. <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/04/27/VAO-TODOS-TOMAR-NO-A-POLITICA-DO-CHOQUE-E-A-ESFERA-PUBLICA>. Acesso em 26 out. 2020.
- Solano, Esther; Ortellado, Pablo; Ribeiro, Márcio. 2017. “2016, o ano da polarização?” *Análise, São Paulo*, n 22: 1-20.
- Warner, Michael. 2000. *Publics and Counterpublics*. New York: Zone Books. //